



**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS  
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 2.993 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**AUTORIZA REMANEJAMENTO TOTAL OU PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PREFEITO CONSTITUCIONAL DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA**, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, e a consequente anulação total ou parcial de dotações orçamentárias do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Exercício de 2023, até o valor de R\$ 99.745.210,00 (Noventa e Nove Milhões, Setecentos e Quarenta e Cinco Mil, Duzentos e Dez Reais), utilizando como fonte de recurso as disponibilidades caracterizadas no parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

**Art. 2º** - Fica autorizada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para o outro de dotações vinculadas as despesas obrigatórias de caráter continuado, como definidas no artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e as outras despesas até o montante de R\$ 99.745.210,00 (Noventa e Nove Milhões, Setecentos e Quarenta e Cinco Mil, Duzentos e Dez Reais), utilizando como fonte de recurso as disponibilidades caracterizadas no parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

**Parágrafo Único** - A fonte de recursos de créditos abertos na forma definida no caput deste artigo é o remanejamento autorizado nos termos do artigo 1º desta lei.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 3º** - O remanejamento autorizado só deverá ser utilizado para remanejar, exclusivamente dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social alocadas nos grupos de natureza de despesa.

**Parágrafo Único** - A fonte de recursos de créditos abertos na forma definida no caput deste artigo é o remanejamento autorizado nos termos do artigo 1º desta lei.

**Art. 4º** - O remanejamento autorizado só deverá ser utilizado para remanejar, exclusivamente dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social alocadas nos grupos de natureza de despesa.

- I — “31” — Pessoal e Encargos Sociais;
- II — “32” — Juros e Encargos da Dívida;
- III — “33” — Outras Despesas Correntes;
- IV — “44” — Investimentos;
- V — “46” — Amortização da Dívida.

**Art. 5º** - O remanejamento autorizado far-se-á até o limite dos saldos das respectivas dotações vinculadas.

- I – No órgão a programas diferentes;
- II – No programa a órgão diferentes;
- III – A órgãos e programas diferentes.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Cajazeiras – PB, Estado da Paraíba,**  
**em 29 de novembro de 2022.**

  
**JOSÉ ALDEMIR MEIRELES DE ALMEIDA**